



**PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO SOBRE
PROJETO DE LEI Nº 1.545/2024, DE AUTORIA DO CHEFE DO PODER
EXECUTIVO ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 6.545, DE 22 DE DEZEMBRO DE
2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

RELATÓRIO

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação da Câmara Municipal de Pouso Alegre – MG, no uso de suas atribuições legais para exame do **PROJETO DE LEI Nº 1.545/2024, DE AUTORIA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 6.545, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

FUNDAMENTAÇÃO

Em conformidade com as disposições estabelecidas nos artigos 67 e subsequentes do Regimento Interno desta Casa, aliados ao artigo 37 e seus parágrafos da Lei Orgânica do Município, é incumbência das Comissões Permanentes a análise e emissão de parecer acerca das proposições submetidas a elas. No que concerne a esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação, delineada expressamente pelo artigo 68 da Resolução 1.172, de 04 de dezembro de 2012¹.

¹ Art. 68. Compete à Comissão de Legislação, Justiça e Redação:

I – manifestar-se quanto ao aspecto constitucional, legal e regimental e quanto ao aspecto gramatical e lógico dos projetos de leis, emendas à lei orgânica e resoluções que tramitarem pela Câmara, ressalvadas as propostas de leis orçamentárias e os pareceres do Tribunal de Contas, citando, quando for o caso, o dispositivo constitucional, legal ou regimental;

II – manifestar-se diante do veto do Chefe do Poder Executivo, com exceção dos projetos orçamentários, cuja manifestação ficará a cargo da Comissão de Administração Financeira e Orçamentária.

§ 1º Concluindo o parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação pela inconstitucionalidade ou ilegalidade de qualquer proposição, esta será remetida ao arquivo, salvo se for interposto recurso ao Plenário por 1/3 (um terço) dos vereadores em até 5 (cinco) dias contados a partir do protocolo do parecer no setor competente.

§ 2º O parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação ao qual for interposto recurso, deverá ser apreciado pelo Plenário em discussão e votação únicas, podendo ser:

I - aprovado, caso em que a proposição irá ao arquivo; ou

II - rejeitado, caso em que a proposição prosseguirá para as fases de discussão e votação.

§ 3º Para ser rejeitado, o parecer que concluiu pela inconstitucionalidade ou ilegalidade



No que se refere à origem, a iniciativa por parte do Chefe do Executivo para propor projeto de permuta de áreas está em conforme com o art. 11 da Lei Orgânica Municipal, já que cabe a ele administrar os bens municipais.

Art. 11. Cabe ao Prefeito a administração dos bens municipais, respeitada a competência da Câmara Municipal quanto àqueles utilizados em seus serviços

Ademais, há de se destacar no que se diz sobre a competência legislativa assegurada da Lei Orgânica do Município o art. 39:

Art. 39. Compete à Câmara, fundamentalmente:

I - legislar, com a sanção do prefeito, sobre todas as matérias de competência do Município;

O Projeto de Lei nº 1.545/2024, trata-se da Lei Municipal nº 6.545, de 22 de dezembro de 2021, foi alterada para que a construção e expansão da unidade fabril e do centro de distribuição com e-commerce da empresa RAMUTH E RAMUTH LTDA (Gasômetro Madeiras) sejam concluídas até 24 de janeiro de 2027. A empresa deve investir R\$10.470.180,30 em máquinas, equipamentos e obras civis, criar pelo menos 70 empregos diretos e 30 indiretos até 2026, e atingir um faturamento de R\$50.000.000,00 até 2026. Fundada em 1982 e operando há 30 anos em Pouso Alegre/MG, a empresa enfrentou dificuldades com o terreno doado inicialmente, mas a situação foi resolvida com a permuta de um terreno adjacente. A empresa já alugou um galpão e superou previsões de faturamento em 2023, investindo R\$6.470.180,30 em 2028. O protocolo de intenções foi ajustado para refletir a necessidade de menos funcionários, mas mais qualificados. A proposta busca adequar os encargos e corrigir o prazo para finalizar a construção na área doada, conforme a Lei Municipal nº 4.351, de 2005. A manutenção da empresa é de interesse do município por aumentar a arrecadação tributária, criar empregos qualificados e expandir o parque industrial. O aditivo proposto não altera o prazo de

de qualquer proposição deve receber o voto contrário de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara.



validade do protocolo e mantém a cláusula de reversão em caso de descumprimento, sem ônus adicional, já que o Protocolo de Intenções foi assinado em 2022.

Por sua vez, o Departamento Jurídico desta Casa, após análise, emitiu o parecer FAVORÁVEL à tramitação do Projeto de Lei em estudo, eis que não foram constatados obstáculos legais à sua tramitação.

CONCLUSÃO DA RELATORIA

Após análise do presente **Projeto de Lei nº 1.545/2024** verificou-se que a proposta se encontra com todos os requisitos legais preenchidos.

Diante dos fatos narrados, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação EXARA PARECER FAVORÁVEL, à tramitação do referido Projeto de Lei, julgando-o apto a ser apreciado pelo Plenário desta Edilidade. É o nosso parecer.

Pouso Alegre, 29 de julho de 2024.

IGOR PRADO Assinado de forma
digital por IGOR
TAVARES:09 PRADO
542853602 TAVARES:09542853602
Dados: 2024.07.30
14:48:57 -03'00'

Igor Tavares

Relator

ARLINDO CESAR DA
MOTTA PAES
CAMANDUCAIA E
SILVA:53249828653

Assinado de forma digital por
ARLINDO CESAR DA MOTTA PAES
CAMANDUCAIA E
SILVA:53249828653
Dados: 2024.07.30 15:45:32 -03'00'


Miguel Júnior Tomate

Presidente

Arlindo Da Motta

Secretário